

Acessibilidade na rede hoteleira pessoense: o papel de construtoras, de projetistas e do poder público no cumprimento do Decreto Federal nº.9.296/2018

Paulo Gomes da Cunha Neto ^[1], Annabell Karynna Barros Ferreira ^[2], Alessandra Rocha Meira^[3], Nelma M. Chagas de Araújo^[4]

[1] paulo201073@hotmail.com. Tecnólogo em Construção de Edifícios. [2] annabellkarynna@gmail.com. Tecnóloga em Construção de Edifícios. [3] alexrmeira@uol.com.br. [4] nelmamca@gmail.com. IFPB – Campus I.

RESUMO

O Desenho Universal tem como objetivo diminuir as barreiras arquitetônicas que são enfrentadas por pessoas com mobilidade reduzida ou que possuem algum tipo de deficiência, desse modo, buscando a utilização do ambiente de forma segura, com autonomia total ou assistida. Nesse contexto, há a criação de normas, leis e decretos que visam assegurar que seja cumprida a acessibilidade. A presente pesquisa foi desenvolvida na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, com a finalidade de analisar o cumprimento do Decreto nº. 9.296/2018, que se destina a hotéis, pousadas e estabelecimentos similares, junto a construtoras, projetistas (arquitetos) e ao poder público. Para tanto, entrevistas foram realizadas com uma amostra de três construtoras, três projetistas e com um fiscal da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Buscou-se avaliar, por meio dos instrumentos de coleta de dados, a postura desses três segmentos. Os resultados demonstram a necessidade de uma maior assimilação do conteúdo do decreto por parte das construtoras e dos projetistas e de uma moderada percepção por parte do poder público, em relação aos demais segmentos.

Palavras-chave: Desenho universal; Acessibilidade; Decreto nº. 9.296; Rede hoteleira; João Pessoa.

ABSTRACT

The Universal Design aims to reduce the architectural barriers that are faced by people with reduced mobility or who have some kind of disability, thus seeking to use the environment safely with full or assisted autonomy. In this context, there are rules, laws, and decrees aimed at ensuring that accessibility. This research was developed in João Pessoa city, with the purpose of analyzing the fulfillment of Decree 9.296: 2018 that is destined to hotels, inns, and similar establishments, together with construction companies, designers (architects) and the State authority. For this, interviews were conducted with a sample of three construction companies, three designers, and with a city inspector. It was evaluated, through the data collection instruments, the posture of these three segments. The research resulted in the perception of a necessary improvement both by construction companies and designers and a moderate perception as regards the public authorities' knowledge of the decree.

Keywords: Accessibility; Universal Design; Decree 9.296; Hotel chain; João Pessoa.

1 Introdução

Na busca por cidades inclusivas é importante compreender a acessibilidade como um processo. E nesse processo, o Estado entra como um dos agentes de destaque, com seu papel de regular e propor políticas públicas (MAMEDE; SOBRINHA, 2014).

Nesse sentido, o que tem sido realizado no Brasil para proporcionar acessibilidade a todos, na sua máxima extensão possível, sem a necessidade de adaptações ou projetos especializados para pessoas com deficiências?

Em 1985, a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade foi criada, a NBR 9050, denominada "acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência". Em 1994, essa norma passou por uma primeira revisão, em 2004 por mais uma alteração, culminando com a última, de 2015 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015), a qual é válida até o presente momento para regulamentar todos os aspectos de acessibilidade no Brasil.

Em termos de leis e decretos, a partir do Ano Internacional de Atenção à Pessoas Deficientes (1981), algumas leis foram promulgadas com o intuito de garantir o acesso e utilização dos espaços construídos. Destaca-se, mais recentemente, a Lei nº. 13.146, de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o Decreto nº. 9.296, de março de 2018 (BRASIL, 2018), que regulamenta o art. 45 da lei supracitada, no tocante à concepção e implementação dos projetos arquitetônicos de hotéis, pousadas e estabelecimentos similares, para que atendam aos princípios do desenho universal, das normas brasileiras e legislações específicas.

Sabe-se que a efetivação do direito de ir e vir é conquista de um coletivo e, portanto, não se restringe às conquistas de leis e decretos, tampouco de normativas. Esses dispositivos e ferramentas são úteis, mas, por si só, não garantem um espaço acessível (MAMEDE; SOBRINHA, 2014).

Complementando, Mont'Alvão (2006) apud Sarmiento e Costa (2014) coloca que, além da elaboração de leis e decretos, para se vencer os desafios de tornar os ambientes acessíveis, são necessárias ações, de forma que se elaborem projetos que atendam a todos os cidadãos, quaisquer que sejam suas limitações ou restrições.

No tocante especificamente ao Decreto nº. 9.296, que entrou em vigor no ano de 2018, faz-se a seguinte

pergunta: as construtoras, os projetistas e o próprio poder público estão cientes de suas atribuições para que efetivamente este seja cumprido?

Buscou-se responder a essa pergunta realizando um diagnóstico das atitudes e ações desenvolvidas pelas construtoras, pelos projetistas (arquitetos) e pelo poder público, para que efetivamente os projetos sejam acessíveis a todos os cidadãos. Isso porque as construtoras têm o papel de exigir o cumprimento das diretrizes normativas por parte dos projetistas por elas contratados. Por outro lado, os arquitetos devem efetivamente pôr em prática os requisitos das normas, por meio da concepção dos projetos arquitetônicos acessíveis. Por fim, o poder público deve fiscalizar a implementação das medidas e prazos, especialmente na concessão e renovação de alvarás de funcionamento e cartas de habite-se, exigindo o cumprimento das normas.

Portanto, a pesquisa que deu origem a este artigo teve o intuito de avaliar as medidas tomadas por cada segmento envolvido no meio, a fim de concluir qual o grau de conhecimento a respeito do decreto. Dessa forma, os resultados desse artigo podem ser utilizados em prol da melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Ressalta-se que, com base no decreto, a pesquisa foi voltada às edificações do tipo hotéis, pousadas, flats e estabelecimentos similares e seguem as premissas da NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

2 Acessibilidade

O conceito de acessibilidade é bastante amplo e, dependendo do objetivo ou área de conhecimento, possui diversos significados. A NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015) define a acessibilidade como sendo a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Aprofunda-se esse conceito, ao considerar a acessibilidade espacial como um critério fundamental de projetos que preveem soluções para as necessidades do usuário, relacionando-se a tudo o que

diz respeito ao acesso e à interação de um indivíduo com o ambiente. A acessibilidade, geralmente pode ser subdividida em quatro componentes fundamentais – orientação, comunicação, deslocamento e uso – que devem ser atendidos em sua totalidade e, dependendo das condições dos usuários e das suas necessidades, o não cumprimento de um deles pode comprometer todos os demais (DISCHINGER *et al.*, 2008 *apud* MONTENEGRO; TOLEDO, 2014).

A acessibilidade em uma edificação tem por finalidade assegurar a toda e qualquer pessoa, com ou sem deficiência ou mobilidade reduzida, que essa terá um ambiente com conforto e capacidade de oferecer bem-estar para o seu convívio, independentemente de suas condições futuras ou pretensões com a residência (venda ou aluguel).

No que diz respeito à residência, é importante considerar que seus espaços serão utilizados por muitos anos e, em alguns casos, para o resto da vida. Por isso, é fundamental considerar as necessidades que as pessoas possam ter durante os vários estágios da vida, até chegar à velhice (DUARTE; COHEN, 2004, *apud* SANTOS; SANTOS; RIBAS, 2005).

Deve-se entender, portanto, a importância da plena integração entre as pessoas e os ambientes, permitindo que as atividades sejam realizadas com êxito, por todos os diferentes usuários. Garantir a acessibilidade para todos é uma tarefa difícil, pois deve-se abranger as necessidades espaciais de pessoas com as mais diferentes restrições, ou seja, pessoas com limitações em desempenhar atividades devido as suas condições físicas associadas às características dos ambientes (DISCHINGER; BINS ELY, 2006, *apud* LIMA; OLIVEIRA; MEIRA, 2011).

Dessa forma, a qualidade da edificação ou do projeto vai se dar pela capacidade do empreendimento poder suprir todas as necessidades do cliente ou usuário. A finalidade para tal é possibilitar uma habitação de qualidade e um melhor convívio, levando em questão os quesitos de locomoção, bem-estar, informação, comunicação, entre outros, tornando o espaço de fácil compreensão para ir, vir, comunicar-se, permitindo participar de todas as atividades que o espaço proporciona, com conforto, segurança e autonomia.

Sabe-se que as barreiras físicas estão presentes em praticamente todos os lugares e podem ser identificadas nos elementos físicos, produzidos ou naturais, existentes nos espaços externos ou internos de edificações públicas ou privadas, nos espaços

urbanos e nos meios de transportes (BRASIL, 2006, *apud* COSTA *et al.*, 2012).

Historicamente, a ONU (Organização das Nações Unidas) foi a organização que deu o primeiro passo no sentido de vencer tais barreiras e promover o bem-estar e a inclusão das pessoas com deficiência, nas décadas de 1940 e 1950. A partir daí, a organização vem desenvolvendo novas formas de participação dessas pessoas, como em 1975, quando adotou a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, proclamando a igualdade de direitos civis e políticos para essas pessoas. Em 1981 foi proclamado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, o que resultou na formulação do Programa Mundial de Ação das Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU Geral em dezembro de 1982. No ano seguinte, também foi proclamado o período de 1983 a 1992 como a Década das Nações Unidas, que resultou na Norma Uniforme para Igualdade de Oportunidade das Pessoas com Deficiência. No ano de 1994, surgiu a ideia da publicação de um Manual de Acessibilidade que servisse como parâmetro para o projeto de edifícios e espaços livres de barreiras para as pessoas com deficiência (UNITED NATIONS, 2020).

Assim, a ONU contribuiu de maneira extremamente positiva, pois a partir da sua atuação na implementação e monitoramento das diretrizes do Programa Mundial de Ação para a Promoção da Igualdade de Oportunidade das Pessoas com Deficiência, diversos países implementaram leis e regras que, em sua maioria, reproduziram as determinações da própria ONU (UNITED NATIONS, 2020).

O termo acessibilidade originou-se na década de 1940, para designar a condição de acesso das pessoas com incapacidades funcionais atrelada ao surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional. No Brasil, a norma de acessibilidade, NBR 9050, foi criada em 1983, dentro do período que a ONU considerou como a Década das Nações Unidas. Teve sua primeira revisão em 1994, e, segundo a arquiteta Adriana de Almeida Prado, coordenadora da Comissão de Edificações e Meios do Comitê Brasileiro de Acessibilidade, a abordagem foi ampliada para pessoas com dificuldade de locomoção, os idosos, obesos, gestantes etc., como também foi ressaltado o conceito de desenho universal, no qual assegura a acessibilidade para todos (AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS, 20--).

Posteriormente, no ano de 2004, passou por outra atualização, dessa vez, além de tratar das

condições de mobilidade em ambientes construídos, abordou critérios para espaços públicos, ergonomia de mobiliário e equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação. Após 11 anos, procedeu-se com outra revisão e alteração na norma, que introduziu o princípio de dois sentidos, assento para pessoas obesas, simbologia internacional de acesso, ampliou o conceito de desenho universal e de mobiliário urbano, entre outros itens.

Como forma de garantir o cumprimento da NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015), foi criado o Decreto nº. 9.296, em 1 de março de 2018 (BRASIL, 2018), que regulamenta a concepção de projetos arquitetônicos para hotéis, pousadas e estabelecimentos similares voltados a atender as conformidades exigidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a fim de possibilitar que o espaço como um todo possa receber, na medida do possível, o maior número de pessoas, independente da sua condição física, sensorial, intelectual ou mental e garantir que essas possam desfrutar de todas as atividades que o ambiente oferece.

No tocante ao decreto supracitado, já no Art. 1º, adverte-se sobre a necessidade da concepção e da implementação dos projetos arquitetônicos de hotéis, pousadas e estabelecimentos similares atenderem aos princípios do desenho universal. Isso para que se possa receber, na maior medida possível, o maior número de hóspedes, independentemente de sua condição física, sensorial, intelectual ou mental, e garantir que essas pessoas possam desfrutar de todas as comodidades oferecidas (BRASIL, 2018).

Em relação às áreas comuns desses tipos de estabelecimentos, o decreto prevê a observância às normas aplicáveis às edificações de uso coletivo previstas no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e às normas técnicas de acessibilidade da ABNT (BRASIL, 2018).

A respeito das edificações já construídas, ampliadas ou reformadas, o Decreto nº. 9.296 estabelece percentuais mínimos de dormitórios acessíveis, prazos para cumprimento das exigências e critérios de atendimento a tais exigências, conforme o período de construção, reforma ou ampliação da edificação.

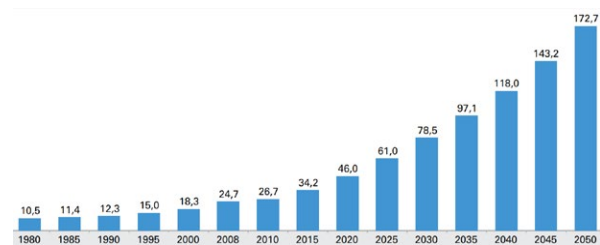
Pelo exposto, é possível constatar que o decreto supracitado sinaliza, para as estruturas construídas até início de 2018, que sigam alguns critérios. Em relação a empreendimentos mais recentes, há uma ampliação da responsabilidade das construtoras e projetistas, no

sentido de garantia plena de acessibilidade ao maior número de pessoas, independente das suas condições.

Esse olhar sobre a acessibilidade vem se ampliando mais recentemente, em função de alguns aspectos, entre os quais o perfil da população brasileira. O segmento de idosos vem crescendo a taxas expressivas. Em 1950, havia 2,6 milhões de pessoas, o que representava 4,9% da população brasileira. Em 2010, ampliou-se para 19,6 milhões, ou 10,2% da população e, em 2050, deverão ser 64 milhões de pessoas, o que corresponderá a 29,7% da população total do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

A Figura 1 indica a mudança que está ocorrendo no perfil da população brasileira. Isso aponta para a possibilidade de uma forte pressão por infraestrutura física para atender às necessidades dessas pessoas (GUALBERTO FILHO, 2013).

Figura 1 – Evolução do índice de envelhecimento da população brasileira.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).

Esse envelhecimento da população trará consequências marcantes para todas as facetas da vida humana. Na área econômica, afetará o crescimento econômico, a poupança, o investimento, o consumo, o mercado de trabalho, as pensões e os impostos. Na esfera social, afetará a saúde, a composição familiar, as condições de vida e de habitação. Na arena política, poderá influenciar os padrões de voto e de representação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003).

É importante considerar que 67,7% dessa população, com 65 anos ou mais de idade, apresentam, pelo menos, uma deficiência. Os tipos de deficiência que mais afetam os brasileiros idosos de ambos os sexos são: visual (49,8%), motora (38,3%) e auditiva (25,6%), sendo que a deficiência auditiva é a única que afeta mais a população masculina (28,2%) do que a feminina (23,6%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Portanto, ao se falar de desenho universal e de acessibilidade, é indispensável pensar na pessoa idosa, pois, conforme apresentam os dados, a tendência natural é que essa parte da população seja cada vez maior e conseqüentemente a necessidade de meios para proporcionar o bem-estar seja cada vez mais incluída na projeção dos ambientes.

No tocante ao segmento de hotelaria especificamente, ao que pede as normas vigentes e no que diz o próprio conceito de acessibilidade, vale salientar que ainda há limitações no seguimento e entendimento desses.

Pereira (2016), em sua pesquisa, observou uma cultura de improviso nessas empresas da rede hoteleira, no que se refere à questão humana, isto é, a falta de capacitação dos funcionários para atender às pessoas com deficiência física e/ou sensorial, gerando uma situação de inacessibilidade e de desconforto, indo de encontro a uma das principais premissas da hotelaria, o acolhimento e o bem-estar do hóspede.

Embora os gestores saibam da importância de proporcionar às pessoas com deficiência uma melhor utilização do seu espaço, se faz presente ainda a necessidade de um melhor acolhimento e uma visão que vai além do conhecer o que se pede a lei, uma interpretação intrínseca.

3 Método de pesquisa

Inicialmente, realizou-se uma ampla pesquisa bibliográfica, buscando aprofundar a temática abordada no presente estudo.

A partir do conhecimento do universo da pesquisa, representado por todos os hotéis, pousadas e estabelecimentos similares construídos na cidade de João Pessoa e em função do tamanho do universo e das limitações impostas pela pesquisa, em termos de tempo, viu-se a necessidade de recorrer a uma amostra.

Pensou-se, a princípio, em definir como amostra, os hotéis, pousadas e estabelecimentos similares, construídos entre 2018 e 2019, localizados na área litorânea da cidade de João Pessoa, tendo em vista que, por ser uma região turística da cidade, seria mais acessível do que nos bairros adjacentes. No entanto, constatou-se que não são construídos, com muita frequência, esses tipos de estabelecimentos na cidade. Desse modo, o recorte temporal foi ampliado para os anos de 2017 a 2019, com vistas a incluir mais elementos na pesquisa.

A próxima etapa foi a identificação dos empreendimentos construídos no período definido (2017 a 2019), bem como suas respectivas construtoras e os projetistas responsáveis. Para tanto, buscou-se obter tais informações junto ao Sinduscon-JP (Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa) e posteriormente junto ao CREA-PB (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba).

Em função da negativa de acesso aos dados nas duas instituições, foi dado andamento na elaboração dos três instrumentos de coleta de dados: formulários de entrevista, destinados aos projetistas, às construtoras e ao poder público. Esses formulários foram elaborados com o objetivo de auxiliar na avaliação do comportamento dos três segmentos da pesquisa. A primeira parte dos formulários apresenta perguntas gerais sobre os entrevistados, caracterizando-os. Também se busca informações, no referido instrumento, sobre as empresas nas quais trabalham. Na segunda parte, há questões mais específicas, que servem para analisar o que se propôs nessa pesquisa.

No tocante à avaliação do grau de conhecimento das construtoras, dos projetistas e do poder público sobre o Decreto nº. 9.296 (BRASIL, 2018), foram estabelecidas alternativas qualitativas de respostas, variando de nenhum conhecimento a total conhecimento. Associado à cada uma das alternativas, pontuações (notas) foram atribuídas, que variam de zero a três, como forma de quantificá-las. A estrutura das respostas pode ser vista no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição das alternativas e das notas para questões dos formulários.

Alternativa	Nenhum	Pouco	Moderado	Total
Nota	0	1	2	3

Fonte: Autoria própria.

Retornando à identificação dos estabelecimentos, das construtoras e dos projetistas, ainda se buscou informações junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). No entanto, mais uma vez não se logrou êxito nessa busca.

Dessa forma, procedeu-se com uma busca pelo localizador do *Google*, resultando em uma relação com a identificação de 25 pousadas, hotéis e *flats*. Entrou-se em contato com cada um dos empreendimentos, com vistas a identificar o tempo de funcionamento do estabelecimento e se os funcionários sabiam identificar

o arquiteto ou a construtora que executou a edificação. Mais uma vez, não foi possível obter as informações necessárias.

Por fim, a partir de dados obtidos nos sites de busca, elaborou-se uma relação contendo 12 construtoras e 12 escritórios de arquitetura, escolhidos de forma aleatória. Tais estabelecimentos foram contatados e, a partir dos critérios de seleção, obteve-se um quantitativo de quatro construtoras e três arquitetos que aceitaram fazer parte da pesquisa. Contudo, durante a etapa de agendamento das entrevistas, uma das construtoras não retornou, resultando, dessa forma, em uma amostra efetiva de três construtoras e três projetistas, identificados na pesquisa da seguinte forma: Projetistas “A”, “B” e “C”; e Construtoras “D”, “E” e “F”.

Em relação à entrevista com um gestor do poder público, em uma ida à PMJP, um dos arquitetos que trabalha junto ao Setor de Fiscalização da Prefeitura foi entrevistado, atuando diretamente com a acessibilidade das edificações.

Após a conclusão da coleta de dados, procedeu-se durante dois meses a tabulação e análise desses. Ressalta-se que as avaliações foram prioritariamente qualitativas.

4 Resultados

A partir das informações obtidas em campo, três visões foram desenvolvidas sobre acessibilidade, conforme a NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015), em relação à temática abordada no Decreto nº. 9.296 (BRASIL, 2018). Em primeiro lugar, a postura dos arquitetos sobre o assunto foi analisada, posteriormente, a visão das construtoras. Por fim, buscou-se compreender como é realizada a fiscalização por parte da PMJP. Dentro das análises de cada um dos personagens da pesquisa, buscou-se avaliar o grau de conhecimento deles sobre o decreto. Os resultados e as respectivas discussões são apresentados nesta seção.

4.1 Projetistas

Inicialmente, os arquitetos foram indagados a respeito do seguimento aos princípios de acessibilidade. Todos afirmaram seguir integralmente tais princípios.

Num segundo momento, como forma de ratificar, ou não, as respostas iniciais dos projetistas, foram listados sete princípios, baseados no trabalho de Clemente (2012), para que os projetistas identificassem

quais princípios seguiam ao projetarem ambientes, de forma geral. No Quadro 2 é possível visualizar tais princípios, juntamente com as respostas dos projetistas.

Quadro 2 – Quantitativo de princípios seguidos pelos arquitetos avaliados.

PRINCÍPIOS	Projetistas		
	A	B	C
1-Proposição de espaços a serem usados com independência pelos usuários.			
2-Proposição de espaços flexíveis para atender às diferentes necessidades dos usuários.			
3-Proposição de espaços de fácil compreensão, independente do grau de conhecimento, nível de concentração e habilidade de linguagem dos usuários			
4-Proposição de diferentes meios de comunicação, como símbolos, informações sonoras, táteis, entre outras, para compreensão dos usuários.			
5-Proposição de ambientes seguros desde a escolha dos materiais para minimizar os riscos de acidente.			
6-Proposição de ambientes dimensionados de maneira eficiente para que não haja esforço que podem ser evitados.			
7-Proposição de ambientes com acesso e uso confortável para os usuários, tanto sentados quanto em pé, além das acomodações ergonômicas, possibilitando a utilização dos usuários de cadeira de rodas, muletas, entre outros.			

Fonte: Autoria própria, com base no Decreto nº. 9.296 (BRASIL, 2018).

Observa-se, a partir dos dados constantes no Quadro 2, que o projetista “A” relatou seguir apenas os princípios 1, 5 e 6. Isso demonstra incoerência em relação à questão anterior, uma vez que esse alegou seguir integralmente os princípios da acessibilidade.

Outro ponto a destacar foi com relação ao projetista “C”, que concordou com os princípios do Quadro 2, entretanto, por vezes, acaba não os seguindo, quando os contratantes se opõem as suas ideias. Essa postura também demonstra incoerência do respondente quando questionado.

Em relação ao projetista “B”, esse destacou seguir todos os princípios, pois a legislação responsabiliza os arquitetos que não respeitam as normas de acessibilidade, além de ser uma questão de compromisso com a cidadania.

Em relação especificamente a projetos de hotéis, pousadas e flats, os projetistas afirmaram seguir integralmente os princípios, aplicando-os nas áreas de acesso à edificação, áreas de uso comum e nas unidades autônomas (apartamentos, chalés, quartos, entre outros), não ficando ambiente sem ser levado em consideração.

No tocante às exigências relativas à acessibilidade em projetos de hotéis, pousadas e flats, os três projetistas responderam que já incluem em seus projetos todas as especificações e, juntamente com o cliente, são realizados os ajustes necessários. No entanto, o projetista “B” afirmou que, adicionalmente, as construtoras fazem algumas exigências.

Pensando nos futuros hóspedes, pode-se observar no Quadro 3, as características destacadas pelos profissionais ao projetarem as estruturas que descrevem o decreto analisado.

Quadro 3 – Características que são consideradas em relação aos futuros hóspedes.

Característica	Projetistas		
	A	B	C
Altura			
Peso			
Idade			
Limitações motoras			

Fonte: Autoria própria.

A limitação motora foi uma característica destacada pelos três projetistas. Possivelmente isso se deve ao fato da NBR 9050 (ABNT, 2015) priorizar a projeção de ambientes pensando nos cadeirantes e não nas demais dificuldades da população, no quesito acessibilidade.

Assim, para compreender melhor o entendimento dos arquitetos sobre projetar ambientes acessíveis, perguntou-se o que eles pensavam a esse respeito. As respostas foram as seguintes:

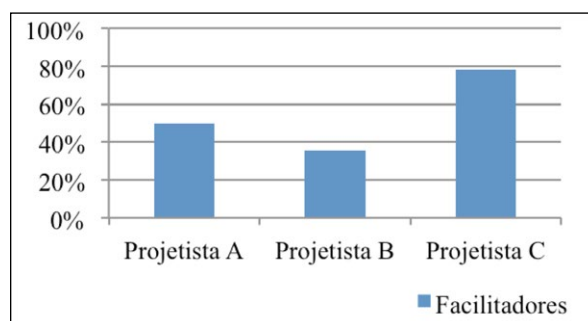
- O Projetista “A” respondeu que é projetar pensando na mobilidade de todas as pessoas;
- Os projetistas “B” e “C” responderam que é projetar pensando na mobilidade e nos respectivos facilitadores, de acordo com as necessidades das pessoas.

Os facilitadores analisados foram: piso tátil, placa tátil, corrimão, barra de apoio, tapete de borracha,

sinalizador visual de degrau, placa com símbolos diversos, assento sanitário elevado, torneira acessível, acabamento para válvula de descarga, alarme áudio visual para emergência, rampas, bebedouros acessíveis e fita antiderrapante.

Na Figura 2 pode-se observar a porcentagem do uso dos facilitadores pelos projetistas entrevistados.

Figura 2 – Grau de utilização dos facilitadores pelos projetistas.



Fonte: Autoria própria.

Percebe-se na Figura 2 uma grande divergência de uso dos facilitadores entre os projetistas, sendo mais adotados pelo projetista “C”, que utiliza 79% desses facilitadores nos seus projetos. Mesmo tendo sido observadas divergências entre os percentuais, apenas três facilitadores não são utilizados pelos projetistas, a saber: tapete de borracha, placa com símbolos diversos, alarme áudio visual para emergência. Em termos médios, tem-se 60% de uso dos facilitadores por parte dos projetistas.

4.2 Construtoras

Partindo para as construtoras, as empresas “D”, “E” e “F” têm visões similares sobre o entendimento de projeto acessível. Por meio da formulação de questão aberta, as três construtoras descreveram, de forma geral, projeto acessível como sendo aquela construção que pode ser adaptada para incluir pessoas com algum tipo de dificuldade de mobilidade. Fazendo o resgate da definição de Dischinger *et al.* (2008) *apud* Montenegro e Toledo (2014), posta anteriormente, observa-se certa limitação da compreensão das construtoras, uma vez que um projeto acessível se configura nos critérios de projeto que fornecem a viabilidade de acessibilidade a uma determinada construção, prevendo soluções para as necessidades dos usuários.

Para garantir acessibilidade ou facilidade de mobilidade ao usuário do empreendimento, as

construtoras afirmam se basearem na NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015) e seguirem os requisitos necessários, conforme o tipo do empreendimento.

Quando perguntado quem faz as exigências no tocante à acessibilidade, apenas a construtora “F” afirmou solicitar aos projetistas que façam os projetos baseados na NBR 9050. As demais empresas relataram não exigir dos projetistas, justificando que esses sabem que devem cumprir a legislação. Porém, a construtora “E” ressaltou que nos casos de identificação de não conformidades nos projetos, entram em contato com os projetistas para informá-los e solicitar os devidos ajustes. Já a construtora “D”, respondeu que o projetista acompanha todos os projetos, além de projetar para a empresa há um tempo considerável.

Com relação à postura das construtoras diante de possíveis manifestações do cliente em fazer alterações relativas à acessibilidade, as três empresas afirmaram que procuram atender às solicitações, desde que não prejudiquem a estrutura e nem causem problemas futuros, como a ocorrência de manifestações patológicas, por exemplo.

Outro ponto a destacar é que, em relação ao conhecimento do decreto, as construtoras costumam ser orientadas pelos projetistas, por conta de uma visão ainda limitada a respeito de acessibilidade, que só enxerga o seguimento da NBR 9050. Por mais que não seja, de certa forma, o papel das construtoras, se faz necessário que elas também tenham uma leitura própria do decreto, a fim de se posicionarem não como sugere um projetista e sim com a sua própria interpretação, opinião, reconhecendo seus limites e sua forma de trabalhar, cumprindo o que preconiza o decreto.

4.3 Poder público

No tocante ao poder público, o objetivo foi entrevistar o gestor responsável pela fiscalização das obras finalizadas. Dessa forma, a entrevista teve caráter individual, sendo impossibilitada de análises comparativas. Buscando se informar a respeito dos critérios observados e pontos estudados pelo poder público, a fim de avaliar e concluir se as edificações, nesse caso hotéis, pousadas ou *flats* estão em condições para uso, no que diz respeito aos aspectos de acessibilidade, realizou-se a entrevista com um arquiteto analista de projetos da PMJP.

O poder público tem o dever de fiscalizar e analisar as condições das obras realizadas no município. No

caso específico das construções de hotéis, pousadas ou *flats*, por se tratar prioritariamente de obras de natureza particular, a fiscalização ou vistoria depende da legislação vigente, que corrobora tal ação.

Outra forma de se proceder a fiscalização do poder público é por meio da indicação ou solicitação do Ministério Público, que faz um requerimento, pedindo a fiscalização de um analista da Prefeitura.

No tocante ao entrevistado especificamente, uma vez que possui formação em arquitetura, já se pressupõe certo grau de conhecimento. Em relação ao nível de conhecimento do decreto, investigado no instrumento de coleta de dados, considera-se moderado. Isso quer dizer que ele já leu e conhece o decreto, mas que ainda sente a necessidade de revisá-lo, além de também utilizá-lo para consulta, a depender do projeto.

Para avaliação do projeto e também do empreendimento, depois de finalizado, o poder público costuma se basear em alguns critérios para fiscalização, os quais julga serem essenciais para uma melhor utilização dos futuros usuários. Esses critérios elencados pelo entrevistado, em questão aberta, foram:

- Acesso (cota de nível e inclinação);
- Rota de fuga;
- Acessibilidade nos banheiros;
- Acessibilidade nas áreas comuns.

A partir desses itens, observa-se que várias áreas da edificação não são contempladas na análise.

Por fim, caso venha a acontecer que a edificação não esteja de acordo com o projeto ou de acordo com as normas pré-estabelecidas, as atitudes a serem tomadas de imediato são: embargo da obra, comparação e análise de projetos e indicação de execução aos serviços que não foram executados.

Ressalta-se que em se tratando de embargo, caso o empreendimento ainda esteja na fase de projeto, os contatados, para alerta de embargo e providências a serem tomadas, serão a empresa executora (empreiteiro) e o proprietário do empreendimento. Já no caso de o empreendimento ter sido finalizado, quem deverá responder é o proprietário, permitindo-se que esse, posteriormente, venha a entrar em contato com a empreiteira para avaliar o caso. Ainda assim, o proprietário é o responsável por receber o alerta vindo do poder público.

5 CONCLUSÃO

Em termos de conhecimento do Decreto nº. 9296/2018, deve-se ponderar a avaliação por parte das construtoras, dos projetistas e do poder público (órgão fiscalizador). Embora estejam vinculados à construção civil, são segmentos distintos, cada um com suas particularidades.

Por outro lado, vale salientar a importância da comparação entre os três segmentos, guardadas suas particularidades, pois, para que o decreto seja posto em prática efetivamente há a necessidade das três partes agindo conjuntamente e com o nivelamento do conhecimento sobre esse documento.

No tocante aos projetistas, foi possível concluir que eles têm um conhecimento moderado sobre o documento, porém ainda há certa dificuldade ou impedimento de seguir plenamente o que lhes é cobrado por lei.

Entre eles também é possível perceber um grau de divergência, no que diz respeito à necessidade do uso de facilitadores e aos critérios que são abordados como essenciais para a garantia de meios de acessibilidade em seus projetos. Isso faz refletir também sobre a importância não só do conhecimento de normas e decretos, mas de uma universalidade que deve ser criada ou implantada a respeito de necessidades a serem seguidas. Contudo, também é necessário considerar que, por influência da principal norma vigente (NBR 9050) há um limite caracterizado por apenas pensar em possíveis dificuldades na mobilidade e não nas demais deficiências que os futuros hóspedes ou moradores possam vir a ter.

No que se refere às construtoras, o conhecimento de acessibilidade se restringe à NBR 9050, que direciona a acessibilidade principalmente aos cadeirantes, sem enfatizar as demais deficiências.

As construtoras têm conhecimento moderado do Decreto nº. 9296/2018 e são, por vezes, orientadas pelos projetistas contratados. Elas mantêm um olhar considerado ainda limitado no tocante a acessibilidade.

Ocasionalmente, por exigências do planejamento pré-estabelecido, as construtoras fazem alterações nos projetos e, conseqüentemente, isso pode vir a resultar em cortes de meios facilitadores utilizados pelos projetistas, no que tange à acessibilidade.

Com relação ao poder público, esse apresentou um conhecimento moderado do decreto supracitado. Mesmo assim, por se tratar de um órgão fiscalizador, chega-se a utilizar o decreto até mesmo para análise

de projetos, ou seja, se baseiam nele para análise e fiscalização.

Entretanto, deve-se ressaltar que a fiscalização se limita a dois tipos de deficiência, mobilidade e visão, tendo em vista que não conseguiriam suprir a necessidade de fiscalização para as demais deficiências que os hóspedes ou moradores possam ter.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de uma previsão melhor, por parte dos projetistas, a respeito dos futuros hóspedes/moradores e quais pontos devem ser tratados para proporcionar o bem-estar a esses, seja ele com ou sem deficiência.

Por fim, um melhor entendimento do decreto e uma leitura universal das partes, seria o ideal ou aconselhável para que o cumprimento desse não fosse algo pontual, pessoal, difícil ou trabalhoso a ser realizado, tornando-se uma conduta natural para quem projeta, constrói e fiscaliza.

REFERÊNCIAS

AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS.

AME. **Norma NBR 9050 é revisada pela ABNT e disponibilizada na internet.** São Paulo (Brasil), [20--]. Disponível em: <<https://bit.ly/2UA89hU>>. Acesso em: jan. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 9050:** acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro (Brasil): ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 9296, de 1 de março de 2018. Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - estatuto da pessoa com deficiência. Brasília (Brasil), 2018.

CLEMENTE, E. F. B. Análise da evolução construtiva de acessibilidade aplicada à arquitetura residencial. **Especialize Revista Online. IPOG.** 2012. 21 p.

COSTA, A. D. L. *et al.* A dimensão objetiva da qualidade no projeto a partir de roteiros de avaliação de acessibilidade. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO (ENTAC), 2012, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora (Brasil), 2012.

GUALBERTO FILHO, A. **Avaliação da acessibilidade em hotéis:** métodos de mensuração. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador (Brasil), 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade - 1980-2050**. Revisão 2008. Rio de Janeiro (Brasil): IBGE, 2008.

LIMA, L. M. S.; OLIVEIRA, J. B. A.; MEIRA, A. R. Estudo da acessibilidade através da avaliação pós ocupação: O caso de um shopping localizado no centro de João Pessoa – Brasil. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE E NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 6, 2011, Natal (Brasil). **Anais...** 2011.

MAMEDE, L. C.; SOBRINHA, M. D. P. B. Visitabilidade-vivenciabilidade: limites e perspectivas relativas à política pública de acessibilidade em assentamentos informais. In: COSTA, A. D. L.; ARAÚJO, N. M. C. (ed.). **Acessibilidade no ambiente construído: questões contemporâneas**. 2. ed. João Pessoa (Brasil): Editora IFPB, 2014, p. 11-31.

MONTENEGRO, F. C.; TOLEDO, A. Acessibilidade espacial para idosos: estudo de um apartamento de padrão elevado em Maceió/AL. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO (ENTAC 2014), 2014, Maceió (Brasil). **Anais...** 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento, 2002**. Tradução de Arlene Santos. Brasília (Brasil): Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

PEREIRA, J. A. **Acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou sensorial à hotelaria: na perspectiva do consumo coletivo**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife (Brasil), 2016.

SANTOS, A.; SANTOS, L. K. S.; RIBAS, V. G. Acessibilidade de habitações de interesse social ao cadeirante: um estudo de caso. **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 55-75, 2005.

SARMENTO, B. R.; COSTA, A. D. L. Discutindo o lugar do pedestre nas estruturas de circulação urbana. In: COSTA, A. D. L.; ARAÚJO, N. M. C. (ed.). **Acessibilidade no ambiente construído: questões contemporâneas**. 2. ed. João Pessoa (Brasil): Editora IFPB, 2014, p. 33-51.

UNITED NATIONS. NU. Economic and Social Commission for Western Asia. **Accessibility for the disabled: a design manual for a barrier free environment**. Disponível em: <<https://www.un.org/esa/socdev/enable/designm/>>. Acesso em: abr. 2020.